

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Estado de S. Paulo

CLASS. : Amazônia

DATA : 12 2 92

PG. : 3

97

## A Declaração de Manaus

À medida que se aproxima no tempo a realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a Rio-92, o debate emocional e sem compromissos sobre a devastação ecológica e o futuro do hábitat do homem vai cedendo lugar a posições mais consistentes e realistas, anunciadas por quem tem responsabilidades de governo. Os dirigentes políticos, é verdade, têm algum grau de respeito ou receio pelas parcelas da opinião engajadas à outrance na defesa daquilo que chamam de Natureza — estranho conceito que exclui o homem ou o trata como invasor. Daí a lentidão da retomada da sensatez, neste debate sem dúvida indispensável, mas que seria mais produtivo se expurgado dos exageros daqueles que não admitem ver na Terra outra coisa senão o renascer do Éden.

O documento de posição conjunta a que chegaram os presidentes e ministros das Relações Exteriores dos oito países que formam o Tratado de Cooperação Amazônica reflete as ambigüidades que o tratamento inicial do tema, excessivamente emocional, deixará em quem dele se ocupar, até que as concretudes da conservação e da recuperação ambientais substituam com vantagens a retórica inflamada que hoje faz nada mais que reputações, carreiras políticas e até algumas fortunas. Assim é que o documento, da mesma forma que propõe posições firmes — como, por exemplo, sobre a questão da soberania nacional sobre

os recursos florestais e biológicos —, cai na enunciação do óbvio, arrastando lugares-comuns compreensíveis, mas nem por isso justificáveis, pela necessidade de conciliar diferenças de países tão díspares como Guiana e Brasil.

O exercício a que se dedicaram os diplomatas e estadistas reunidos em Manaus, no entanto, foi bastante útil. Primeiro, porque decantou as posições mais sólidas e respeitáveis e estas serão ouvidas com mais atenção na Rio-92, se defendidas em uníssono pelos países amazônicos. E, depois, porque a reunião objetivou, também, varrer as questões polêmicas que poderiam comprometer a unidade do grupo. A posição conjunta dos países amazônicos será levada à reunião do comitê preparatório da Rio-92, em março. Há tempo, ainda que exíguo, para que as proposições adquiram maior aderência à realidade.

É encorajador ver que os oito países repelem, com energia, condicionalidades referentes à exploração, manejo e uso de seus bens florestais e biológicos. Mais ainda, reafirmam a soberania nacional sobre tais bens, afastando por suposto a discussão sobre limitações de soberania “para o bem da Humanidade”. Esta firmeza, no entanto, não será suficiente para encerrar o assunto.

O debate ecológico é feito sobre a real necessidade de se preservar a higidez do



ambiente, mas são também seus alicerces os mitos escatológicos alimentados por teorias sempre à espera de confirmação e sólidos interesses econômicos e políticos que escondem suas asperezas por trás da autoridade moral atribuída a quem se supõe capaz de defender o homem de si mesmo, isolando-o da Natureza. É desta combinação de ascetas e profiteurs que vem o perigo.

Um economista do World Resources Institute, de Washington, quer, por exemplo, que a destruição de recursos naturais e espécies animais e vegetais seja abatida do cômputo do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, uma floresta derrubada e transformada em madeira, e que hoje constitui parte da renda nacional, seria *debitada* nas contas nacionais. Tudo isso para que os governantes não se sintam encorajados a usar os recursos naturais para gerar riquezas. Este é apenas um ingênuo exercício contábil que pode produzir mirabolantes efeitos psicológicos.

Mais sintomático é o memorando encaminhado pelo economista-chefe do Banco Mundial a alguns assessores, indagando se não seria o caso de se encorajar a migração de indústrias “sujas” para os países menos desenvolvidos. Em linguagem crua, apresenta três argumentos em favor de sua dúvida. Primeiro, o impacto econômico da poluição

que compromete a saúde humana é menor nos países que pagam salários menores. Segundo, os custos da poluição não são lineares e os países subpoluídos têm custos incrementais muito mais baixos. Terceiro, a demanda por um ambiente limpo está diretamente ligada a rendimentos elevados e a perspectivas de vida altas. Um agente químico que tenha uma possibilidade em um milhão de causar câncer da próstata é inaceitável num país onde a população atinge a idade vulnerável a este tipo de doença, mas é irrelevante onde morrem 200 crianças em cada grupo de mil.

Este memorando vem dos mesmos escritórios que estabelecem condições para financiamentos de grandes obras públicas nos países subdesenvolvidos, a pretexto de não agravar os danos provocados pelo homem ao meio ambiente. É esta a natureza das pressões que aflorarão na Rio-92 e que os países amazônicos deverão estar preparados para enfrentar. De tal “ambiente”, não nutram os governantes sul-americanos a esperança de extrair condições especiais de financiamento e fornecimento de tecnologia para promover o “desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável”, ou o que quer que signifique a expressão da moda.

Terão de fazer o que o homem sempre fez, desde o início dos tempos: adaptar-se ao meio que o circunda e, com a inteligência e as habilidades que a Natureza lhe deu, moldá-la à sua conveniência.